2021 BOLETIM INFORMATIVO











DESTAQUES

- 1 EC 80/2014 e Interiorização da Defensoria Pública do Estado de Goiás
- 2 Reunião com a Diretoria da ANADEP
- AGDP realiza LIVE sobre Finanças do Servidor
- Projeto de Expansão da

 DPE-GO é pauta de reunião do Conselho
 Superior

Ampliação da Defensoria Pública do Estado de Goiás é prejudicada pela aprovação de PEC que revisa novo regime fiscal



Ampliação das unidades jurisdicionais da Defensoria Pública do Estado de Goiás é prejudicada pela aprovação da PEC que revisa Novo Regime Fiscal. Aprovada em primeiro turno pelo Plenário da Assembleia Legislativa na manhã desta quarta-feira (30), a Proposta de Emenda à Constituição nº 5487/21 altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição do Estado de Goiás.

O objetivo da propositura é a revisão do Novo Regime Fiscal (NRF) – Teto de Gastos – instituído pela Emenda Constitucional nº 54,

de 02 de junho de 2017 para adequá-lo à Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021, e assim, cumprir as exigências para o ingresso do Estado de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). De acordo com a proposta, fica instituído, a partir do exercício de 2022 e com vigência até 31 de dezembro de 2031, o Novo Regime Fiscal, do qual tratam os artigos 41 a 46 deste ADCT, ao qual se sujeitam o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, os Tribunais de Contas, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as respectivas administrações diretas, os fundos, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes.

O presidente da Associação Goiana das Defensores e Defensoras Públicas, Dr. Allan Montoni Joos, explica que a restrição de aumento das despesas para os próximos 10 anos inviabiliza a ampliação da Defensoria Pública. "A expansão da Defensoria Pública prevista na PEC 80/2014 da Constituição Federal está inviabilizada porque sua expansão também exige o aumento do orçamento", afirma.

De acordo com o posicionamento da AGDP, esta medida restritiva afeta milhões de pessoas, principalmente do interior goiano, já que das 147 unidades jurisdicionais do Estado de Goiás, apenas 5 estão contempladas com unidades da DPE-GO. "Vale lembrar que o modelo da advocacia dativa não é suficiente para suprir a ausência da Defensoria Pública, pois o campo de atuação do órgão é muito maior e abrange tutela coletiva, acordos extrajudiciais, exigência de políticas públicas, dentre outras ações", ressalta o defensor público.

Ainda segundo a associação desta carreira jurídica, os desdobramentos da aprovação desta PEC do Teto de Gastos implicam consequências mais duras para esta instituição jurídica. "A restrição de orçamento não só inviabiliza o crescimento da DPE-GO, mas pode acarretar no fechamento das poucas unidades já existentes, desamparando milhões de goianos", lamenta Dr. Allan Montoni Joos.

Atualmente a DPE-GO conta com 82 membros e membras de carreira, um número defasado diante do plano de expansão que prevê pelo menos 330 defensores públicos para atender a população do Estado de Goiás.

O aumento da demanda pelos serviços da Defensoria Pública do Estado de Goiás durante a pandemia corrobora a necessidade da expansão da DPE-GO. Só no ano de 2020 foram realizados mais de 300 mil atos de assistência jurídica em Goiás. Algumas ações da defensoria geraram grande impacto na sociedade goiana, tais como: manutenção do transporte público à população; implementação da vacinação para grupos prioritários; luta pelo atendimento, vacinação e cuidados das pessoas que vivem em situação de rua; medidas de manutenção da moradia para ocupações que sofreram tentativas de despejos ilegais e de proteção das mulheres vítimas de violência doméstica. "É preciso ter um olhar atento à população vulnerabilizada do Estado. Hoje, mais de 80% da população do Estado de Goiás se enquadra nos requisitos para utilização dos serviços de atendimento jurídico integral e gratuito pela Defensoria Pública, o que representa milhões de goianos que podem ser impactados pela expansão da instituição", finaliza o presidente da AGDP. Defensoria Pública do Estado de Goiás foi criada há apenas 10 anos e tem como missão constitucional prestar assistência jurídica, integral necessitados, nos termos estabelecidos no art. 134 da Constituição Federal.

A Defensoria desempenha papel fundamental na sociedade e é a mais jovem instituição que compõe o Sistema de Justiça. De acordo com o art. 134 da CF, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

Por Gabriela Dutra, da Assessoria de Comunicação da AGDP

Diretoria AGDP Associação Goiana das Defensoras e Defensores Públicos

Diretor Presidente: Allan Montoni Joos

Diretora Vice-Presidenta: Mayara Batista Braga

Diretora de Inativos: Cristiana Maria Baptista T. Conceição

Diretora Secretária: Cecília Dantas Ribeiro

Diretor Tesoureiro: Philipe Arapian

Conselheira Fiscal: Cinira de Assis Silva

Conselheiro Fiscal: Pedro Ferreira Mafra Neto

Conselheiro Fiscal: William Abreu de Amorim Júnior

Você é Defensor (a) e ainda não é associado? Entre em contato conosco e descubra as vantagens de caminharmos juntos!



Presidente da AGDP participa de Reunião de Direitora da ANADEP

O presidente da AGDP e Diretor Legislativo da ANADEP, Dr. Allan Montoni Joos, participou de Reunião da Diretoria da Anadep no último dia 08/06 para debater pautas institucionais.

Na reunião, a diretoria de comunicação e a assessoria de imprensa apresentaram o balanço da campanha nacional 2021 "Racismo se combate em todo lugar: Defensoras e Defensores Públicos pela equidade racial". A apresentação ressaltou os resultados obtidos no período e as estratégias de divulgação conjuntas da ANADEP, Associações Estaduais e Distrital, Defensorias e Colégio Nacional de Defensores Gerais (Condege).

Em seguida, houve relato sobre a ação conjunta com a ANADEF sob o slogan "Fortalecer a Defensoria Pública interessa ao Brasil" que tem por objetivo mostrar a importância da Defensoria Pública dos Estados e da União. A partir do recorte da pandemia da COVID-19, as entidades mostrarão o trabalho essencial desempenhado pelas defensoras e defensores públicos estaduais e federais. A campanha ainda reforçará o enfrentamento à tramitação da reforma administrativa (PEC 32/2020) no Congresso Nacional e o consequente enfraquecimento do acesso à justiça e da prestação de serviços à população nesse contexto.

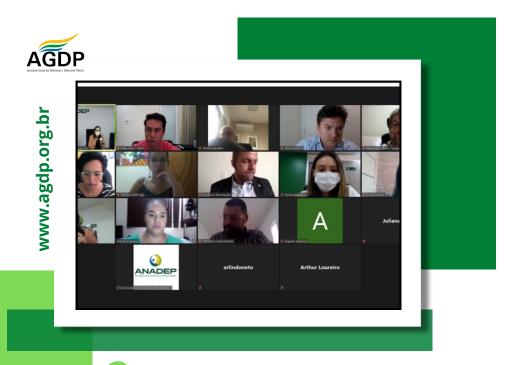
Outro ponto que foi destacado no encontro foi o lançamento II Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital do Brasil em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O estudo traz um panorama sobre o número atual de defensoras e defensores públicos, presença de comarcas, déficit da categoria e principais áreas de atuação. O segundo Mapa também analisará o avanço da Defensoria Pública desde a implementação da EC 80.



No âmbito legislativo, a diretoria focou nas estratégias de enfrentamento à reforma administrativa que tramita em Comissão Especial na Câmara dos Deputados. No âmbito jurídico houve debate sobre a ADI 6.732, protocolada pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, e que questiona o poder de requisição das Defensorias Públicas.

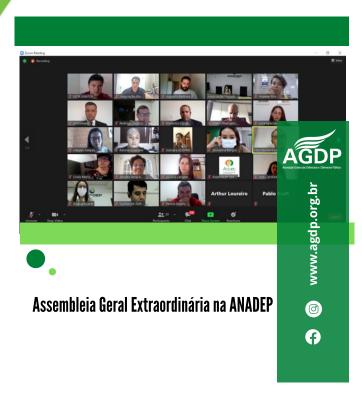
Por fim, houve discussões sobre a pauta internacional, adequação da LGPDP e temas associativos locais.

Com informações da ASCOM/Anadep



Reunião de diretoria da ANADEP





AGDP participa de Assembleia Geral Extraordinária da ANADEP

A AGDP esteve presente na Assembleia Geral Extraordinária da Anadep do último dia 09/06. Realizada via Zoom, defensoras e defensores discutiram assuntos de interesse da categoria no âmbito jurídico e legislativo, além de pautas institucionais.

A ANADEP promoveu, nesta quarta-feira (9/6), assembleia geral extraordinária via zoom. Durante a reunião, as defensoras e defensores públicos discutiram assuntos de interesse da categoria no âmbito jurídico e legislativo, além de pautas institucionais.

Discussões sobre a ADI 6852, protocolada pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, e que questiona o poder de requisição das Defensorias Públicas estiveram na pauta deste encontro virtual. O advogado da entidade, Ilton Norberto Robl Filho, expôs as estratégias em relação à Ação que englobará ingresso de amicus curiae, construção de memoriais e levantamento das atuações das Defensorias Públicas. A ideia é sensibilizar a Corte que o poder de requisição não é um privilégio da categoria, mas sim uma prerrogativa fundamental da missão constitucional de defensoras e defensores públicos, principalmente, na atuação coletiva e extrajudicial da Instituição.

Outro ponto de destaque da pauta foi a reforma administrativa (PEC 32/2020). A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, falou sobre as novidades da tramitação da matéria que deve ser analisada por uma Comissão Especial. A partir de agora, a diretoria da Associação Nacional seguirá o trabalho de apresentação de emendas com os principais pleitos da carreira. Há ainda as agendas com parlamentares, apresentação de nota técnica sobre o tema e diálogo permanente com o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate).



Por fim, houve discussões sobre o plano de saúde, o retorno das atividades presenciais e teletrabalho, a formação do GT de prerrogativas e apresentação do balanço de atividades da diretoria jurídica.

Participaram da AGE representantes da: ADEPAL, ADEPAP, ADEPAM, ADEP-BA, ADPEC, ADEPES, AGDP, ADPEMA, AMDEP, ADEP-MS, ADEP-MG, ADPEP, ADEPAR, ADEPEPE, APIDEP, ADPERJ, ADPERN, AMDEPRO, ADPER, APADEP, ADEPESC, ADPESE E ADPETO.

Com informações da ASCOM/Anadep

AGDP continua de olho na Reforma Administrativa

Ao longo do mês de junho o presidente da AGDP e também diretor legislativo da ANADEP, Dr. Allan Montoni Joos, participou de reuniões diárias pela ANADEP para tratar da PEC 32 que trata da Reforma da Previdência, dialogando com os parlamentares e com as entidades de classe que compõem o FONACATE.





AGDP realiza LIVE sobre Finanças do Servidor

Atentos à saúde financeira de nossa carreira, a AGDP realizou LIVE sobre Finanças do Servidor. O evento contou com a participação do Procurador da República, Rodrigo Tenório, e o corretor de seguros Rodrigo Puttini.

Na oportunidade, o procurador falou sobre as opções de seguros que os servidores podem fazer, além de realizar uma abordagem sobre a situação previdenciária dos servidores públicos do Estado de Goiás, em especial dos defensores e defensoras públicas, trazendo viabilidades proporcionadas pelo novo convênio para associadas e associados Finanças do Servidor Corretora de Seguros.

Por meio desta nova parceria, a corretora assessorará nossa instituição na escolha do

produto mais benéfico aos associados, auxiliando no desenho das coberturas adequadas a suprir os riscos a que estão submetidos os seus associados, considerando o quadro previdenciário.





Projeto de Expansão da DPE-GO é pauta de reunião do Conselho Superior

No dia 11/06 a AGDP participou de reunião do Conselhor Superior da DPE-GO. Na pauta desta reunião foi discutido o Projeto de Expansão da Defensoria Pública do Estado de Goiás e o Plano de atuação.

AGDP discute situação fiscal do Estado de Goiás e consequências jurídicas para carreira

No último dia 25/06 a AGDP se reuniu com a presidência da Anadep e com sua respectiva Diretoria Jurídica para tratar da situação fiscal do Estado de Goiás e analisar as consequências jurídicas das propostas lançadas pelo Governo do Estado.

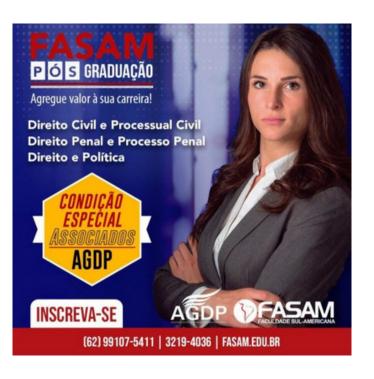
AGDP apoia projeto da DPE-GO de Letramento Étnico Racial (LER)

No dia 28/06 foi realizado a primeira atividade do grupo de estudos de Letramento Étnico Racial (LER) em que a AGDP atuou em parceria com a Defensoria Pública. Coordenado pelo Defensor Público Salomão Rodrigues da Silva Neto, a AGDP fez a doação dos livros utilizados no Projeto e cessão da plataforma virtual em que serão realizadas as reuniões.

Prestação de Contas da AGDP é aprovada em Assembleia Geral Ordinária

Em Assembleia Geral Ordinária realizada de forma virtual no último dia 29/06, a AGDP apresentou as contas do ano de 2020 aos associados, que foram aprovadas por unanimidade. A diretoria da AGDP aproveitou a ocasião para apresentar informes sobre a atual situação do Novo Regime Fiscal e do Regime de Recuperação Fiscal.

Associados e Associadas têm mais vantagens











Gostou?

Então seja associado da AGDP e ANADEP e garanta descontos também em farmácias, academias, passagens aéreas e muito mais!



Descontos de até 40% em medicamentos Genéricos e uma rede nacional com mais de 1500 drogarias participantes!



Cotações personalizadas com descontos de até 20% nas principais companhias aéreas do Brasil!



Clube de Vantagens com parceiros nas áreas de educação, saúde, bem estar, conforto e uma variedade incrível de descontos em restaurantes de todo País.

Acesse o link abaixo e descubra os benefícios de ser associado! https://anadep.temvantagens.com.br/login



EDUCAÇÃO EM DIREITOS DE JULHO



1/7: Dia Nacional da Cidadania

03/7: ANIVERSÁRIO ANADEP

13/7: Aniversário do Estatuto da Criança e Adolescente

20/7: Dia do Amigo

25/7: Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha.





Aniversariantes do próximo mês

É com muita alegria que celebramos esta data tão especial junto com nossos associados e associadas!

FELIZ ANIVERSÁRIO!

Jaime Rosa Borges Júnior 05/07

Cristiana Maria Baptista Teixeira Conceição 09/07

Sindridy Palles da Silva 16/07

Rubens Tomé Ferreira 21/07

Philipe Arapian 26/07

Telma Mundim Siqueira 27/07

Márcio Rosa Moreira 29/07





Expediente:

Esta é uma publicação da Associação Goiana de Defensoras e Defensores Públicos, produzida pela AGDP

Ano 2, nº 06/2021

Jornalista responsável: Gabriela Dutra

Diagramação: Angélica Araújo Martins dos Santos Abadia

Revisão de conteúdo: Allan Montini Joos (Presidente da AGDP)

E-mail: agdppresidencia@gmail.com

Telefone: (62) 37735847

Endereço: Avenida Olinda, esquina com PL-3, nº 960, Business Tower,

Setor Parque Lozandes, Goiânia-GO

Goiânia, 31 de maio de 2021





